

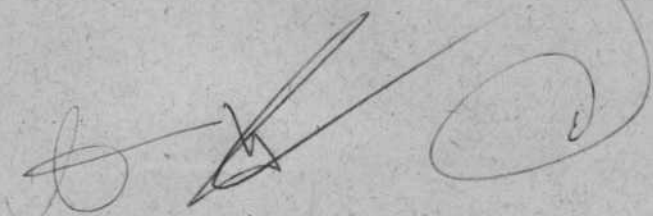
**MP nº 42.0725.000868/2019-1**

Procedimento Preparatório de Inquérito Civil

**Hipermercado Extra – prática de tortura em estabelecimento comercial – violação de direito fundamental – responsabilidade de empresa por violação de direitos humanos – dano moral e social difuso ou coletivo – responsabilidade objetiva – necessidade de esclarecimentos.**

## **P O R T A R I A**

01. Chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Área de Inclusão Social, por meio do encaminhamento do vídeo anexo pela reportagem da TV Globo e do Portal G1, da prática de tortura por seguranças privados nas dependências do



**Supermercado Extra, unidade do Morumbi**, nesta Capital, no ano de 2018.

02. A ocorrência demonstra que a empresa viola direitos humanos fundamentais, consistente na prática sistemática de tortura, em suas dependências, por intermédio de seus agentes de segurança diretos ou indiretamente contratados.

Por seu turno, a esta Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Área de Inclusão Social, incumbe enfrentar os casos em que houver violação ou risco iminente a direitos fundamentais ou direitos básicos sociais, por força de práticas discriminatórias que atinjam interesse público relevante.

03. Daí a presente investigação, que se instaura:

**Considerando** que a Carta das Nações Unidas impõe aos Estados-membros a obrigação de promover o respeito universal e efetivo dos direitos e das liberdades do homem;

**Considerando** que há a obrigação de se lutar pela promoção e observância dos direitos reconhecidos no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, o qual expressa em seu artigo 7º que *“ninguém será submetido à tortura ou a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes”*;



**Considerando** que que a Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu artigo 5º, bem como a Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso III, estabelecem como direito fundamental que "*ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante*", constituindo a desobediência em grave violação dos direitos humanos;

**Considerando** que os artigos 2 e 16 da Convenção da Organização das Nações Unidas contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes (doravante denominada Convenção) obrigam cada Estado-Parte a tomar medidas efetivas para prevenir atos de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes em qualquer território sob a sua jurisdição;

**Considerando** que que a Declaração Universal de Direitos Humanos garante a *todo homem ter o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei* (art.6º), e *todos terem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração* (art.7º);

**Considerando** que a Convenção Americana dos Direitos Humanos (San José da Costa Rica, 1969), em seu artigo 5º, dispõe que: *2. Ninguém deve ser submetido a torturas, nem a penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes. Toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com o respeito devido à dignidade inerente ao ser humano*".



**Considerando** que a Convenção Americana sobre Direitos Humanos afirma *ter toda pessoa o direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral* (art.5º, 1);

**Considerando** que a República Federativa do Brasil possui como seus objetivos: *construir uma sociedade livre, justa e solidária* (art.3º, I, CF) e *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação* (art.3º, IV, CF);

**Considerando** que a Constituição Federal, em seu rol de direitos fundamentais, dispõe que *ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante* (art. 5º, III);

**Considerando** que a mesma Constituição Federal prevê que *a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem* (art. 5º, XLIII);

**Considerando** que todas essas disposições se encontram em consonância com o princípio basilar do ordenamento jurídico brasileiro, qual seja a *dignidade da pessoa humana*, previsto como fundamento da República no inciso III do artigo 1º da Constituição Federal;



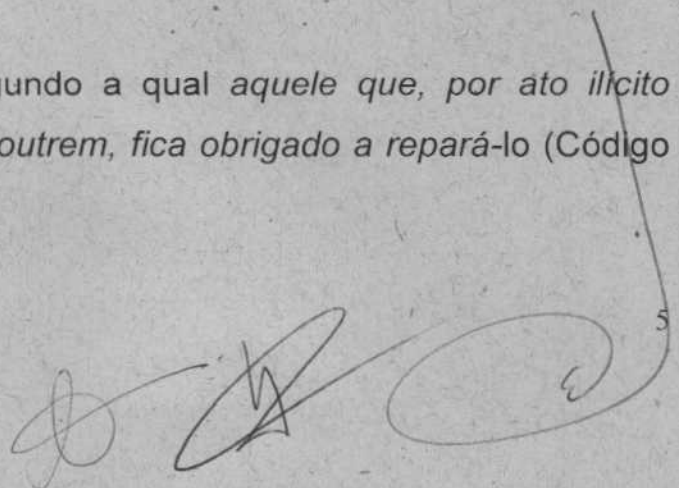
**Considerando** que a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, que define os crimes de tortura, dispõe que se constitui crime de tortura *submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo* (artigo 1º, II);

**Considerando** que a mesma lei ordinária, por seus termos e redação, prevê a prática de crime de tortura também por quem não seja agente ou funcionário público e que esteja no exercício de atividade privada;

**Considerando** que as Nações Unidas preveem parâmetros para que empresas sejam responsabilizadas por Estados em seus deveres de proteger, respeitar e reparar os direitos humanos (Conselho de Direitos Humanos, da ONU; junho de 2011, “Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos”, conhecidos como Princípios Ruggie);

**Considerando** que a hipótese de responsabilização civil das empresas decorre do Código Civil, segundo o qual *aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito* (art. 186);

**Considerando** a disposição segundo a qual *aquele que, por ato ilícito* (arts. 186 e 187), *causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo* (Código Civil, art. 927);



**Considerando** que o dano social representa a aplicação da função social da responsabilidade civil e é aquele que atinge os fundamentos da sociedade organizada, em suas expressões políticas, culturais e institucionais, refletindo sobre os valores que inspiram as relações humanas, tais como a solidariedade, a justiça, a generosidade, a igualdade democrática e de direitos e, sobretudo, o sentimento profundo de justiça.

**Considerando** que o dano social são lesões à sociedade, no seu nível de vida, tanto por rebaixamento de seu patrimônio moral – principalmente a respeito da segurança – quanto por diminuição na qualidade de vida e são causa de indenização de caráter punitivo, dissuasório ou didático, por dolo ou culpa grave, decorrente de comportamentos socialmente reprováveis, que diminuem o nível social de tranquilidade.

**Considerando** que o dano moral coletivo existe quando qualquer ato ou comportamento afete valores e interesses coletivos fundamentais, independentemente destes atos causarem efetiva perturbação física ou mental em membros da coletividade.

**Considerando** que a possibilidade de indenização por dano moral está prevista na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso V, e o texto não restringe a violação à esfera individual, o que tem levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial.

 6

**Considerando** que o dano moral coletivo é a lesão na esfera moral de uma comunidade e que o artigo 81 do Código de Defesa do Consumidor rompeu com a tradição jurídica clássica, de que só indivíduos seriam titulares de um interesse juridicamente tutelado ou de uma vontade protegida pelo ordenamento, criando direitos cujo sujeito é uma coletividade difusa, indeterminada, que não goza de personalidade jurídica.

**Considerando** que a tortura é uma prática gravíssima, que produz verdadeiros sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva, transborda os limites da tolerância e ofende a honra, a dignidade, a boa reputação, a história, os costumes e tradições de toda a comunidade.

**Considerando** que cabe ao Ministério Público, nos termos do artigo 129, inciso II, da Constituição Federal, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

**Considerando** que a atuação da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos com atribuição em inclusão social está vinculada à garantia de efetivo respeito dos Poderes Públicos e serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, devendo atuar sob a ótica de defesa dos interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou indisponíveis, de acordo com a leitura conjugada e harmônica dos artigos 127, *caput* e 129, inciso II, ambos da Constituição

 7

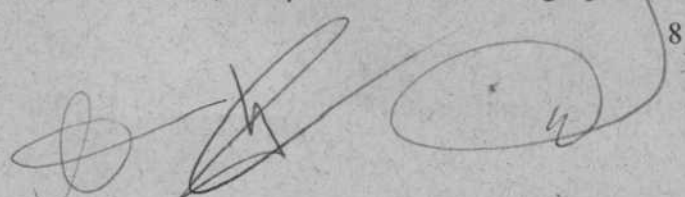
Federal, bem como do artigo 295, inciso XIV, da Lei Complementar nº 734/93, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo, com a redação que lhe deu a Lei Complementar nº 1083/08;

**Considerando-se** que no mesmo sentido acha-se a regulamentação interna do Ministério Público, em especial o artigo 2º, inciso III, e o artigo 3º, inciso IV, alínea 'a', do Ato Normativo nº 593/2009 – PGJ;

**Considerando-se**, por fim, que a tortura é uma das mais vis e repugnantes expressões da barbárie humana, constituindo-se numa das práticas mais abjetas que um ser humano possa impor ao seu semelhante, sendo que sua abolição marca relevante e indispensável progresso civilizatório.

E que para a tutela de tais interesses dispõe a Promotoria de Justiça de alguns instrumentos que lhe são assegurados pelo ordenamento jurídico, dentre os quais se destaca o inquérito civil e o seu procedimento preparatório, a exemplo deste. Sua natureza é claramente instrumental, isto é, sua instauração e tramitação devem se destinar à busca de elementos para futura e eventual propositura de ação civil pública, embora a efetiva tutela do interesse em foco possa ser alcançada sem a demanda judicial, por meio de outros instrumentos legais.

Diante destas considerações e pressupostos, é preciso bem delimitar o perímetro de atuação desta Promotoria de Justiça de Direitos Humanos, Área de Inclusão Social, na presente investigação: o



8



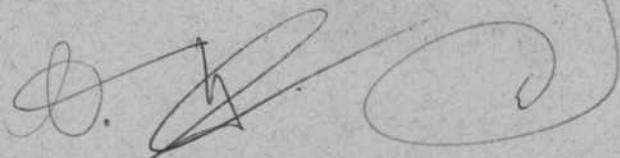
dano moral e social difuso decorrente da prática de tortura por agentes de uma grande rede varejista e de eventual empresa de segurança privada por ela contratada, contra pessoas por eles ilegalmente detidas nas dependências do estabelecimento comercial, em flagrante prática de violação de direitos humanos por empresas.

03. Diante do exposto, instauro o presente **procedimento preparatório de inquérito civil**, nos termos do artigo 23 do Ato Normativo CPJ nº 484/06.

Depois de autuada e registrada esta, providencie o cartório desta Promotoria de Justiça de Direitos Humanos:

I. a expedição de ofício à direção da empresa Via Varejo S/A, localizada na Rua Samuel Klein, nº 83, São Caetano do Sul (SP), CEP 09520-010, CNPJ 33.041.260/0652-90, Inscrição Estadual 636.169.915.112, instruído com a presente portaria e com cópia da mídia, dando-lhe ciência da instauração do presente procedimento e solicitando-lhe, no prazo de 30 dias:

- cópia do seu estatuto social ou outros atos constitutivos;
- informações sobre o episódio de tortura gravado no CD anexo, ocorrido no ano de 2018, esclarecendo, inclusive, se os seguranças eram contratados diretamente pelo Extra ou por



empresa terceirizada, caso em que deverá ser fornecido o nome da empresa e cópia do contrato de prestação de serviços;

- informações acerca de alguma orientação estabelecida pelo Extra aos seguranças contratados sobre qual o protocolo a se seguir nos casos de prática de furtos, roubos ou outros crimes no interior de seus estabelecimentos comerciais;
  - informações sobre a vigente política corporativa voltada a evitar, em todas as lojas do grupo varejista, práticas sistemáticas de tortura e outros meios violentos de ação contra possíveis suspeitos de furto de mercadorias, por parte de seus seguranças.
- II. a expedição de ofício Senhor Diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil (DHPP) requisitando a instauração de inquérito policial para a apuração dos fatos divulgados na mídia anexa, solicitando-se seja esta Promotoria de Justiça, Área da Inclusão Social, informada, no prazo de 60 dias, sobre a identificação da vítima e dos autores da agressão.

04. Promovam as anotações cabíveis, notadamente no sistema eletrônico de informações do Ministério Público, providenciando-se controle de prazo e disponibilizando-se eletronicamente esta portaria.



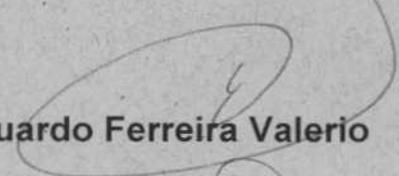
Com as respostas da empresa, tornem os autos conclusos.

São Paulo, 20 de setembro de 2019.



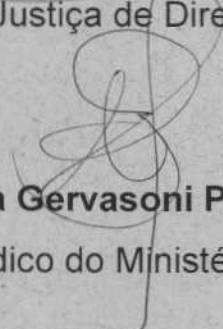
**Anna Trotta Yaryd**

1ª Promotora de Justiça de Direitos Humanos



**Eduardo Ferreira Valerio**

2º Promotor de Justiça de Direitos Humanos



**Camila Gervasoni Pellin**

Analista Jurídico do Ministério Público